

Os 60 anos do Tratado de Roma e o Futuro da Europa
Auditório da CCDR-Algarve, 24 de março de 2016
António Branco, Reitor da Universidade do Algarve

Exmo. Senhor Prof. Doutor Francisco Serra, Presidente da CCDR Algarve,
Exmo. Senhor Prof. Doutor Adriano Moreira, Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa,
Exma. Senhora Dra. Sofia Alves, Chefe da Representação da Comissão Europeia em Portugal,
Exmo. Senhor Prof. António Covas, Professor Catedrático da Universidade do Algarve,
Minhas senhoras e meus senhores,

Em boa hora a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional e a Universidade do Algarve se associaram para a realização desta sessão em que quisemos conjuntamente assinalar os 60 anos dos Tratados de Roma. E digo «em boa hora» não tanto porque, a questão europeia desencadeie em mim entusiasmo ou satisfação imediatos, embora seja um europeísta convicto, mas porque ela precisa de ser intensamente debatida, dada a encruzilhada em que se encontra. E esta semana foi particularmente controversa: na segunda feira, fomos surpreendidos pela notícia de que, no ano em que o país se prepara para sair do Procedimento por Défices Excessivos, o BCE defende, no seu boletim de março, a aplicação de uma multa a Portugal por «desequilíbrios macroeconómicos excessivos»; no mesmo dia e numa entrevista a um jornal alemão, o atual presidente do Eurogrupo serviu-se de uma metáfora inaceitável para descrever, do ponto de vista dele, os limites dos mecanismos de entreatajuda entre os parceiros europeus – assim conferindo contorno morais a um problema que só deveria ser tratado politicamente. Se acrescentarmos a estes dois acontecimentos as demasiado abundantes, sucessivas e infelizes declarações do Ministro das Finanças alemão e de outros altos responsáveis europeus, obtemos um retrato que só serve para reforçar a perceção pública de uma progressiva degradação da qualidade da intervenção dos mais altos quadros políticos, que parecem ter perdido as capacidades da prudência e da discricção que se lhes exige no exercício dos cargos de tão elevada responsabilidade que ocupam.

Para além destes aspetos, há sinais muito claros de ascensão eleitoral, em muitos países da União Europeia, dos partidos da extrema direita, ora mais populistas ora mais nacionalistas ora as duas coisas em simultâneo, a quem os resultados das eleições americanas vieram conferir força e legitimidade. Já estão orgulhosamente no poder na Polónia e na Hungria. E embora não tenham vencido na Áustria e na Holanda, no primeiro caso o candidato presidencial do Partido da Liberdade obteve uma votação demasiado elevada (quase 50% dos votos expressos) e, no segundo, o seu homólogo holandês viu subir muito a sua representação parlamentar. Estamos, agora, todos à espera do que acontecerá nas eleições presidenciais francesas, mas de uma coisa já podemos estar certos: mesmo que perca, os resultados eleitorais de Marine Le Pen, em 2017, serão muito superiores aos de seu pai, em 2002, quando este passou à segunda volta e foi esmagadoramente derrotado por Jacques Chirac, então eleito pela conjugação de esforços de uma ampla «maioria republicana». Por isso, não temos nenhum motivo para

«respirar de alívio», mesmo depois da derrota dos candidatos das extremas direitas austríaca e holandesa ou da possível derrota da Frente Nacional, em França.

Aparentemente Portugal tem-se mantido imune a estas tendências extremistas, nacionalistas e xenófobas. Mas tal não nos deve descansar, porque elas estão presentes um pouco por todo o lado nos comentários publicados nas redes sociais e nos portais dos jornais e televisões, aparentemente aguardando apenas o surgimento de um qualquer líder suficientemente carismático e politicamente hábil que consiga dar expressão eleitoral ao descontentamento, às frustrações e à zanga cada vez menos silenciosa de uma população que tolera cada vez menos os vícios mais arreigados de uma certa partidocracia; os fenómenos de corrupção financeira e moral de altos quadros políticos e da Administração Pública; o predomínio do capitalismo financeiro e especulativo sobre o capitalismo produtivo (e onde já vai o «capitalismo de rosto humano»?); o aumento das desigualdades e da pobreza; e, sobretudo, o recrudescimento daquele abominável fenómeno que todos acreditávamos estar a caminho de ser banido na Europa depois da Segunda Grande Guerra: o facto de se poder estar empregado e, ainda assim, ser-se pobre.

Sim, a Europa está numa encruzilhada e a trilhar caminhos muito perigosos do ponto de vista político, social e económico. E, neste contexto, temos absolutamente de ouvir com atenção algumas vozes que ainda apresentam a qualidade do farol que, no negrume da noite oceânica, vai acenando com a sua luz ao barco europeu para que ele não naufrague no mar alto e encontre um rumo firme de regresso ao porto seguro. Vozes como a do Papa Francisco ou vozes como a de Adriano Moreira que, no pico da crise dos anos mais recentes disse, bem alto: «A fome não é um direito constitucional». Essa frase tão simples e tão lapidar, que nos atinge profundamente se nos deixarmos atingir por ela, contém um significado muito profundo que apela à nossa memória coletiva, neste tempo de aparente desmemorização, remontando à própria origem do projeto europeu do pós-guerra devastado pela mortandade e pela fome. Por isso, não posso deixar de vos ler integralmente o preâmbulo de um dos Tratados¹ cujo aniversário assinalamos:

DETERMINADOS a estabelecer os fundamentos de uma união cada vez mais estreita entre os povos europeus,
DECIDIDOS a assegurar, mediante uma ação comum, o progresso económico e social dos seus países eliminando as barreiras que dividem a Europa,
FIXANDO como objetivo essencial dos seus esforços a melhoria constante das condições de vida e de trabalho dos seus povos,
RECONHECENDO que a eliminação dos obstáculos existentes requer uma ação concertada tendo em vista garantir a estabilidade na expansão económica, o equilíbrio nas trocas comerciais e a lealdade na concorrência,
PREOCUPADOS em reforçar a unidade das suas economias e assegurar o seu desenvolvimento harmonioso pela redução das desigualdades entre as diversas regiões e do atraso das menos favorecidas,
DESEJOSOS de contribuir, mercê de uma política comercial comum, para a supressão progressiva das restrições ao comércio internacional,
PRETENDENDO confirmar a solidariedade que liga a Europa e os países ultramarinos, e desejando assegurar o desenvolvimento da prosperidade destes, em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas,

¹ O Tratado de criação da Comunidade Europeia, inicialmente assinado pela Bélgica, a República Federal da Alemanha, a França, a Itália e a Holanda.

RESOLVIDOS a consolidar, pela união dos seus recursos, a defesa da paz e da liberdade e apelando para os outros povos da Europa que partilham dos seus ideais para que se associem aos seus esforços,

DETERMINADOS a promover o desenvolvimento do mais elevado nível possível de conhecimentos dos seus povos, através de um amplo acesso à educação, e da contínua atualização desses conhecimentos,

DECIDIRAM criar uma COMUNIDADE EUROPEIA.

Peço desde já a vossa indulgência para a leitura integral que acabei de realizar, mas, sendo um homem das Humanidades, aprendi que as palavras não são neutras nem podem ser vãs – e ainda menos vãs podem ser quando gravadas através da escrita, essa invenção humana que, na origem, teve por objetivo a consolidação da sacralidade do verbo.

Feita a leitura – e em jeito de conclusão –, pergunto: 60 anos depois, quão perto ou quão longe estamos daquelas intenções programáticas do Tratado de Roma? E até quando suportaremos nós a distância ainda tão grande entre o projeto e a sua concretização? Porque, tenho a certeza, se não formos nós, enquanto parte da elite europeia, a cumprir essa missão, outros o farão por nós e, quando o fizerem, naturalmente à revelia da nossa vontade, jamais os sussurros dos palácios serão capazes de travar os gritos da multidão infrene. Basta visitarmos a História para sabermos que, sobretudo a partir do final do séc. XVIII, foi sempre assim e que, em todas as situações em que tal aconteceu, as elites pagaram sempre um preço muito elevado pela cegueira e pela surdez demonstradas perante os muitos sinais que recebiam da realidade em que, afinal, já não viviam.

E também peço a vossa indulgência para o «pessimismo provisório» que acabou por revestir as palavras que vos dirigi, mas, sendo estruturalmente otimista – e europeísta, repito –, creio que, em determinados períodos da História e perante determinadas encruzilhadas, este «pessimismo provisório» pode ser um bom instrumento para a reconstrução do traçado de uma estrada verdadeiramente coletiva com luz ao fundo.

Termino, agradecendo especialmente as intervenções plurais, esclarecedoras e esclarecidas dos nossos oradores convidados, o Prof. Adriano Moreira, a Dra. Sofia Alves e o Prof. António Covas. E, em nome da Universidade do Algarve e da CCDR, também agradeço a vossa presença nesta sessão – e a atenção que dedicaram às intervenções desta tarde.